

Técnicos da Receita criticam o relatório de sistema tributário

por Jurema Baesse
Ide Brasília

ANO	AS PERDAS DA UNIÃO					
	ARREC. BRUTA	SISTEMA ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA	% DA SIT. ATUAL	DIMINUIÇÃO (Vol. abs.)	DIMINUIÇÃO (Em %)
1988	348.480,8	261.623,2	224.665,7	85,9	36.957,5	14,1
1989	—	—	215.770,3	82,5	45.852,9	17,5
1990	—	—	208.180,5	79,6	53.442,7	20,4
1991	—	—	200.598,8	76,7	61.032,4	23,3
1992	—	—	193.081,1	73,8	68.622,1	26,2
1993	—	—	185.411,4	70,9	76.211,8	29,1

Fonte: Ministério da Fazenda.

cia de encargos significativos.

Portanto, para suportar esta perda de receita e a manutenção dos encargos atuais, a União terá, por sua vez, de aumentar os impostos sobre a renda e sobre os produtos industrializados. Para compensar esta perda de receita em relação ao PIB, este aumento terá de ser da ordem de 40% sobre o imposto já pago atualmente.

São Paulo e Rio ficam com 53% do IPI arrecadado

Os 5% adicionais que os estados que geram do IPI terão direito pelo anteprojeto, irão privilegiar demasiadamente São Paulo e Rio e acabam por tirar do IPI o seu caráter redistributivo.

É certo que "o grosso" da arrecadação do IPI ficará com quem gerou o produto, que é São Paulo. Do ponto de vista da distribuição da renda, os estados mais pobres serão penalizados.

Para se ter uma idéia do volume de receita que o Estado de São Paulo perde atualmente basta conferir os dados da Receita Federal relativos ao ano passado.

Em 1986 São Paulo gerou em IPI e IR CZ\$ 131,1 bilhões, e obteve de volta, através do Fundo de Participação, apenas CZ\$ 5,8 bilhões.

Do ponto de vista do estado é uma injustiça flagrante. O Estado do Piauí, por exemplo, gerou, no mesmo ano, em IR e IPI somente CZ\$ 431 milhões. E recebeu de volta, pelo FPE, CZ\$ 2,4 bilhões. É este o sistema tributário atual do País. Com as novas mudanças, os estados do Nordeste vão ter uma participação ainda maior no bolo tributário, só que São Paulo e Rio também vão ter de volta o que geram com suas riquezas. Com o adicional de 5% do IPI, estes dois estados obterão de volta 53% do total gerado.

Além disso, com a recente mudança no substitutivo, os estados com renda "per capita" inferior à nacional passarão a ter direi-

to a 20% dos fundos de participação. De todos os estados da federação, apenas quatro não participarão destes 20%: São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal e Rio Grande do Sul. Pela versão anterior, os estados mais ricos eram aliçados do Fundo de Participação.

(ISS)

Os grandes municípios irão perder receitas significativas na medida em que o anteprojeto prevê o fim do Imposto Sobre Serviços (ISS).

A participação dos serviços no PIB, segundo um técnico da Receita, é da ordem de 65%. Por desconhecimento, certamente, os municípios vão abrir mão de uma receita que só tende a crescer. Receberão o chamado IVV (Imposto Sobre Vendas à Varejo) que, na prática, terá a sua cobrança inviável em função da precária e até inexistente máquina arrecadadora do município.

Outro aspecto apontado

Grupos armam estratégias na Ordem Econômica

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

Na manhã de hoje, assim que for conhecido o texto do projeto do senador Severo Gomes, relator da Comissão da Ordem Econômica da Constituinte, os dois grupos que se opõem começam a traçar a estratégia para a votação, com início marcado para as 20,30 horas.

A julgar pelo que ouviu ontem do senador Severo Gomes, o deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) acredita que o grupo chamado progressista tenderá a votar a favor do projeto e se concentrar na aprovação de um conjunto de emendas. O outro grupo, que se opõe à intervenção do Estado na economia e à criação de instrumentos mais ágeis de reforma agrária, também deverá aprovar o projeto, e igualmente se esforçar para modificá-lo por emendas, segundo o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP).

A versão que Severo Gomes tinha no início da tarde de ontem atendeu a boa parte do conjunto de oito itens apresentado pelos progressistas como condição para aprovar o projeto.

pelos técnicos é o risco que os estados mais pobres correm em pagar mais caro pelo combustível e pela energia elétrica, caso a competência destes impostos passe para os estados. Atualmente, existem os chamados impostos únicos sobre combustíveis, energia elétrica e minerais, dos quais a União repassa para os estados, respectivamente, 37,33, 50,0 e 70,0%. Pelo anteprojeto a União perderá a sua parcela, o que em termos de volume não é muito significativo, representa cerca de 4,5% de toda a receita tributária.

Ocorre que, assinalou um destes técnicos, caso essa transferência ocorra, o fundo de equalização, que hoje existe para igualar o preço dos combustíveis em todo o País, deixará de existir. O combustível terá um preço diferenciado em cada estado.

Logo, os estados produtivos pagarão menos pela gasolina, e os mais pobres, que até então pagam o mesmo preço, passarão a pagar mais caro. É o fim do preço nacional para os combustíveis. Foi apresentada uma emenda ao substitutivo propondo que a União permaneça com a competência e que os repasses sejam aumentados para até 90%, no caso dos minerais, e 80% no caso dos combustíveis e energia. A votação de hoje deverá definir este aspecto.

Sobre reforma agrária, propuseram a fixação do limite máximo de propriedades rurais e a possibilidade de a União tomar posse imediata dos imóveis desapropriados.

Quanto à questão urbana, propuseram a competência municipal para editar a legislação urbana, a função social de propriedade urbana e a participação popular na gestão da cidade.

Entre os princípios de ordem econômica, o grupo progressista não aceita a definição de empresa nacional proposta pelo deputado Antonio Carlos Franco (PMDB-SE), que exige — como requisitos — o controle decisório e de capital em mãos de brasileiros. Pretende também que o relator mantenha as disposições do esboço de projeto sobre a intervenção do Estado na economia, admitindo-o como agente produtivo. E defende a nacionalização de exploração das jazidas minerais.

A grande dificuldade de Severo Gomes no esforço de conciliar os dois grupos era, segundo Salomão, a inclusão da propostas sobre a nacionalização das jazidas minerais.

Simon articula gaúchos contra projeto de Serra

por Francisca Stella Fagó
de Brasília

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, dedicou sua agenda de ontem integralmente a duas tarefas: resolver as dificuldades financeiras imediatas do estado e prevenir dificuldades futuras ainda maiores. O périplo começou as 9 horas da manhã, com um encontro com o diretor de crédito rural do Banco Central (BC). As 10 horas, avaliou com parlamentares de todos os partidos da bancada gaúcha o desastre que significaria para o estado a aprovação do parecer do deputado José Serra (PMDB-SP), relator da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças da Constituinte.

A tarde, encontrou-se sucessivamente com o presidente do BC, com o ministro do Planejamento e com o presidente da República. Só não conseguiu, até então, falar com as duas figuras-chave em que hoje se concentra a definição do futuro das finanças do estado: José Serra e o presidente da comissão, deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ).

Com o apoio suprapartidário dos constituintes da bancada do Rio Grande do Sul, Simon ponderou que a Comissão de Tributos da Constituinte ignora o desafio de criar um sistema tributário justo. "Constituintes de ideologias e posições políticas radicalmente opostas", disse, "estão unidos na defesa de interesses regionais."

Na disputa por parcelas maiores das receitas públicas, o Rio Grande do Sul, que tem apenas dois representantes na comissão, considera-se o mais discriminado. A proposta majoritária entre os 63 membros da comissão retira do estado a parcela que recebe do Fundo de Participação dos Estados, que neste ano corresponderia a CZ\$ 2,3 bilhões, cerca de 4% do orçamento estadual.

O fundo seria integralmente destinado aos estados com renda per capita inferior à média nacional, ou seja, às regiões Nordeste e Norte. Os estados mais desenvolvidos, como São Paulo, seriam compensados com as receitas de 5% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) arrecadado pela União. O Rio Grande do Sul, porém, perderia dos dois lados. Não receberia a parcela do fundo e não teria benefício algum com a receita do IPI, pela inafastável razão de que é essencialmente agrícola.

Como se não bastasse, ponderou o governador, o Rio Grande do Sul ainda continuaria a arcar com a isenção do ICM concedida aos produtos agrícolas que exporta, atividade responsável por mais da metade do superávit comercial brasileiro nos últimos dez anos, sem nenhuma compensação. Neste ano, da ar-

recadação total de ICM estimada, CZ\$ 32 bilhões, mais de CZ\$ 8 bilhões serão computados como perdas por causa das isenções às exportações. As isenções concedidas às operações internas, segundo o secretário estadual da Fazenda, Cezar Schirmer, atingirão CZ\$ 18 bilhões.

A proposta da Comissão de Tributos da Constituinte, segundo Simon, transformará o Rio Grande do Sul no novo Nordeste do Brasil.

"O que está em jogo é o sistema federativo", disse o deputado Lélcio de Souza, coordenador da bancada do PMDB gaúcho na Constituinte. "Tanto dinheiro foi canalizado para o Nordeste e a região está como está", acrescentou.

Constituintes do PDS, do PFL, do PT e do PDT comprometeram-se a defender propostas que possam melhorar as finanças do estado. O deputado Olívio Dutra (PT-RS) ressaltou que o seu partido lutará não somente contra a desigualdade de tratamento do Rio Grande do Sul. A proposta da comissão, segundo Dutra, reforça o injusto sistema de impostos indiretos, preserva os ganhos de capital e onera ainda mais os trabalhadores. O deputado Amaury Muller (PDT-RS) ponderou que os problemas do Nordeste não se devem à seca, mas à estrutura fundiária da região. Os representantes da região deveriam unir-se às propostas destinadas a ampliar a reforma agrária. Sem isso, segundo ele, por mais recursos públicos que sejam canalizados, a região continuará pobre como é.

Ulysses entrega senhas para votação

Apenas os portadores de senhas poderão assistir, a partir de hoje, à votação dos anteprojeto das oito comissões temáticas. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, distribuiu ontem as autorizações aos presidentes das comissões, sete do PFL e um do PDS.

Caberá, por exemplo, ao deputado José Lins, do PFL cearense, decidir quem entrará nas galerias do plenário da Câmara, palco da votação mais tensa do final de semana: a da reforma agrária. Tanto a União Democrática Ruralista (UDR) quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) levarão a Brasília caravanas para pressionar, respectivamente, contra e a favor.

Quanto a subcomissão, que tratou do assunto reuniu para votar, há duas semanas, os simpatizantes da UDR eram grande maioria na assistência.